

Roosevelt Pmheiro/Abr



Atraso em vôos demonstra "imprevidência do governo", segundo José Agripino

Agripino cobra solução rápida para crise nos aeroportos

José Agripino criticou a lentidão do governo em resolver o problema dos controladores de voo, que se arrasta há um mês, provocando perdas para os cidadãos e para o país. O senador advertiu para a possibilidade de crise no setor energético e condenou a visita de Lula à Venezuela, que classificou como "campanha eleitoral de Chávez". **Página 4**

Ideli: relatório do PNUD mostra país "no caminho certo"

O Relatório do Desenvolvimento Humano 2006, do PNUD, demonstra que o governo Lula "está no caminho certo" ao apostar no crescimento da economia com distribuição de renda. A afirmação é da senadora Ideli Salvatti, ao destacar que o relatório elevou o Brasil à categoria de "exemplo de melhoria na distribuição de renda". **Página 3**

Pessoa com deficiência terá evento no Senado

A decisão do Senado de promover a 2ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência foi aplaudida em Plenário pelo senador Flávio Arns. Previsto para a próxima semana, o evento tem como objetivo discutir propostas para aumentar a inclusão social desse segmento. **Página 2**

Seminário discute projetos contra crime via internet

As propostas que combatem os crimes cometidos via internet, em tramitação no Congresso Nacional, serão debatidas em seminário, hoje, na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. Um dos debatedores é o senador Eduardo Azeredo, autor de substitutivo sobre o tema em tramitação na Comissão de Justiça. Azeredo acha que há muito equívoco sobre o assunto. **Página 4**

Orçamento aprova relatório preliminar

Comissão derrota governo e aumenta de R\$ 5 milhões para R\$ 6 milhões o valor total que cada deputado ou senador pode usar em até 20 emendas



Moreira/Moriz

A votação do relatório preliminar na Comissão Mista de Orçamento exigiu muita negociação entre deputados e senadores

O Orçamento da União para 2007 começou a andar no Congresso. Depois de acordo de líderes, foi aprovado ontem à noite o relatório preliminar apresentado pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

Agora, deputados e senadores devem apresentar suas emendas até o dia 28. Enquanto isso, um comitê da comissão vai reavaliar as receitas, pois o relator precisa de R\$ 7 bilhões a R\$ 10 bilhões a mais para fechar a proposta orçamentária. Cada parlamentar poderá apresentar até

20 emendas em benefício de obras em seu estado.

O presidente da Comissão de Orçamento, deputado Gilmar Machado (PT-MG), acredita que o Congresso votará o projeto orçamentário até 22 de dezembro.

A deliberação sobre o relatório preliminar exigiu negociações, pois um acordo feito na semana passada entre líderes partidários na comissão recebeu muitas críticas. É que havia sido derrubado um item, sugerido pela CPI dos Sanguessugas, impedindo os parlamen-

tares de destinar recursos, por emendas, a entidades que tivessem entre seus dirigentes e empregados parentes dos deputados ou senadores em até terceiro grau. No final, só não poderão receber dinheiro entidades que tenham como dirigentes o parlamentar e seu cônjuge.

Nas votações de destaques ao relatório, o governo foi derrotado e os parlamentares conseguiram aumentar de R\$ 5 milhões para R\$ 6 milhões o valor total que um deputado ou senador pode usar em até 20 emendas.

Evento programado pelo Senado para a semana que vem discutirá medidas que visam aumentar inclusão

Arns elogia 2ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência

Flávio Arns (PT-PR) comemorou ontem, em Plenário, a decisão do Senado de promover a 2ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. O evento, programado para a próxima semana, tem como objetivo discutir propostas para aumentar a inclusão social das pessoas com deficiência física.

Durante o encontro será realizado seminário para discutir o Estatuto da Pessoa com Deficiência, projeto do senador Paulo Paim (PT-RS), do qual Arns é relator.

O parlamentar lembrou que o Senado tem duas comissões que tratam do tema: a Especial de Acessibilidade, que já realizou obras como reforma em banheiros e construção de rampas; e a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, que faz parte da



Roosevelt Pinheiro

Arns aponta ações realizadas pelo Senado em favor das pessoas com deficiência

Comissão de Assuntos Sociais, da qual ele é vice-presidente.

A acessibilidade, disse Arns, trata não apenas de barreiras físicas que dificultam a locomoção das pessoas, mas também do uso da Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) e outros dispositivos que auxiliem deficientes visuais e auditivos, por exemplo.

Mão Santa destaca em Plenário o lançamento da revista *Piauí*

Mão Santa (PMDB-PI) saudou o lançamento, em outubro, da revista cultural *Piauí*. O senador leu, em Plenário, trechos de matéria com o ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) – que teve o mandato cassado por envolvimento com o escândalo do mensalão – e de artigo de um médico residente de 27 anos relatando sua experiência na função.

Para Mão Santa, esta “jovem e conceituada” revista é uma mostra de reconhecimento da grandeza e da história do seu estado. Como exemplos de feitos históricos piauienses, destacou a Batalha do Jenipapo, que teria projetado o Piauí como o primeiro estado brasileiro a se mobilizar, em 1823, pela expulsão dos portugueses.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário do Senado

A sessão plenária de hoje será não-deliberativa e terá início às 14h. Sem a votação de propostas, destina-se a debates dos parlamentares e comunicados da Mesa e das lideranças. O primeiro inscrito para discursar na tribuna é o senador Mão Santa (PMDB-PI).



Comissões mistas examinam medidas provisórias

Serão instaladas hoje, a partir das 10h, três comissões mistas destinadas a examinar medidas provisórias

enviadas ao Congresso Nacional (MPs 327, 328 e 329/06). Após a instalação, deverão ser eleitos o

presidente e o vice-presidente de cada colegiado e, ainda, designados os relatores das MPs.



Tempo integral na escola

O primeiro item da pauta da Comissão de Educação (CE), que se reúne às 11h, é o projeto que altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação, a fim de instituir a jornada de tempo integral no ensino fundamental, no prazo de cinco

anos. A proposta é de Marcos Guerra (PSDB-ES). Na mesma reunião, deverá ser votado substitutivo a 14 projetos que propõem alterações à lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para diversificar a aplicação dos recursos desse fundo.

CPI dos Sanguessugas decide sobre requerimentos

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas realiza reunião hoje, às 15h. Em pauta, diversos requerimentos com

solicitações de quebra de sigilos fiscais, bancários e telefônicos de pessoas ou empresas acusadas de envolvimento com a máfia das

ambulâncias. O colegiado também deve deliberar sobre pedidos de novas convocações de pessoas relacionadas ao caso.

CMA discute área de preservação permanente

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) reúne-se às 11h30 para votar 14 proposições. Em pauta está o projeto que determina a responsabilidade do proprietário rural pelo florestamento

de áreas de preservação permanente. Também deverá ser votado pedido de comparecimento do ministro Guido Mantega, da Fazenda, para esclarecer denúncias de uso indevido do *site* oficial do ministério durante a campanha eleitoral.



Votação do relatório preliminar

A Comissão Mista de Orçamento reinicia hoje, a partir das 10h, a votação do relatório preliminar sobre o Orçamento para 2007. O documento básico foi aprovado ontem à noite, mas ainda faltam alguns destaques.

Visitas guiadas pelo Senado

A Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal oferece visitas guiadas por toda a Casa. Os passeios começam no Salão Negro e incluem o Plenário. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (61) 3311-3388.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 2º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Marco Maciel, Alvaro Dias e Mão Santa

Mozarildo pede legislação mais rígida para convênios entre ONGs e União

Depois de ler trechos de matéria publicada domingo na *Folha de S. Paulo*, denunciando que 54,5% das verbas federais destinadas a ONGs foram repassadas para organizações sem condições ou sem capacidade para executar convênios com a União, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) confessou estar preocupado com o fato de o chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, ter declarado que o governo planeja reduzir



Mozarildo Cavalcanti

a burocracia existente para a assinatura de convênios e parcerias. O senador acredita que a legislação deveria ser modificada em sentido contrário, como sugere projeto oriundo da CPI das ONGs, da qual foi presidente.

– Temos que separar o joio do trigo – afirmou.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) defendeu a instalação de uma nova CPI das ONGs, nos termos propostos por Heráclito Fortes (PFL-PI).

Cristovam aponta ausência de utopia nas forças de esquerda

Cristovam Buarque (PDT-DF) considerou um avanço a sociedade brasileira encarar com naturalidade a chegada à Presidência do metalúrgico Lula e de um deputado comunista, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), presidente da Câmara, que substituiu o presidente, em viagem à Venezuela.

No entanto, lamentou “a ausência, no discurso e na prática dos partidos de esquerda, das pernas da utopia – capital natureza e capital conhecimento –, das quais



Cristovam Buarque

quem se denomina progressista não poderia abrir mão”. Em vez de perseguir o conceito de igualdade irrestrita, Cristovam acredita que as forças de esquerda deveriam se ajustar aos limites impostos pelo meio ambiente e pela economia.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) disse acreditar ser possível estimular essa utopia por meio da renda básica de cidadania. Já para Cristovam, essa utopia reside na igualdade de acesso de todos à educação.

Ideli diz que PNUD comprova que governo está no caminho certo

Senadora considera que aposta no crescimento da economia com distribuição de renda retirou o país da posição “referência de desigualdade” na América Latina

Ao destacar que o Brasil foi elevado, no Relatório do Desenvolvimento Humano 2006, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), à categoria de “exemplo de melhoria na distribuição de renda”, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) disse que o resultado demonstra que o governo Lula “está no caminho certo” ao apostar no crescimento da economia com distribuição de renda. Antes de 2005, o país fora classificado como “referência de desigualdade”.

Atualmente o Brasil é o décimo mais desigual numa lista de 126 países e territórios. Os avanços retiraram o país da penúltima posição no *ranking* de distribuição de renda da América Latina.



Ideli lê e-mail pedindo que parlamentares “não subestimem a inteligência do povo”

No último relatório, somente a Guatemala estava em situação pior. Ideli registrou que o programa Bolsa Família foi um dos responsáveis pelos avanços.

Em aparte, Cristovam Buarque

(PDT-DF) defendeu uma maior discussão da proposta orçamentária para 2007 visando repor R\$ 300 milhões que teriam sido retirados dos recursos destinados à alfabetização de jovens e adultos.

Ideli também leu e-mail do cidadão carioca Jorge da Cruz Silva, em que ele critica os parlamentares que acusam o governo Lula de ser mais corrupto que os anteriores e os que consideram os votos dados ao presidente reeleito Lula como sendo “apenas de analfabetos e pessoas não-esclarecidas”. A senadora disse que os parlamentares devem estar atentos ao conteúdo de seus pronunciamentos, que são acompanhados pelos cidadãos de todo o país por meio dos veículos de comunicação do Congresso.

Alvaro Dias fala sobre saída de Gushiken e críticas de governistas

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou discurso proferido ontem em Plenário pela líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), em que a parlamentar, na opinião do senador, “condenou a existência da oposição”. Ele frisou que a ação da oposição é “imprescindível ao exercício do processo democrático”.

O senador comentou também a carta de demissão apresentada pelo chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE) da Presidência da República, Luiz Gushiken. Alvaro afirmou que a saída de Gushiken do governo encerra o chamado “núcleo duro”. Esse núcleo, disse, arquitetou um projeto de poder de longo prazo, e, em nome desse projeto, organizou “um complexo esquema de corrupção” denunciado, investigado e condenado pela opinião pública brasileira.



Saída de Gushiken do governo encerra “núcleo duro”, salienta Alvaro Dias

O parlamentar lamentou que, apesar dessa condenação pela opinião pública, o eleitorado tenha reeleito o presidente Lula. A oposição, segundo ele, teria falhado na comunicação com o eleitor.

Alvaro Dias recebeu apartes dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Flávio Arns (PT-PR) e Mão Santa (PMDB-PI).

Para Marco Maciel, municípios devem ser gerenciados com mais autonomia

Marco Maciel (PFL-PE) afirmou ontem, em Plenário, que os municípios brasileiros precisam ser gerenciados com mais autonomia. O senador lembrou que a Constituição de 1988 prevê como integrantes da Federação brasileira, além da União e dos estados, os municípios, que também são entes federativos.

O artigo 18 da Constituição, que reconhece os municípios como entes federativos, explicou Marco Maciel, sugere o reforço



Marco Maciel

da descentralização na gestão do Estado brasileiro. O município, frisou o parlamentar, é a primeira instância política, “a primeira célula de uma organização política, onde reside naturalmente o cidadão”.

– Então, falar em município é falar em cidadania e descentralização. E Federação

brasileira exige cada vez mais descentralização – afirmou o representante de Pernambuco.

Aldo é o primeiro comunista a assumir a Presidência no Brasil, destaca Quintanilha

Leomar Quintanilha (PCdoB-TO) festejou ontem, em Plenário, o fato de o colega de legenda Aldo Rebelo (SP), presidente da Câmara dos Deputados, estar exercendo interinamente a Presidência da República desde a tarde de domingo em virtude de viagem à Venezuela do presidente Lula e de licença médica do vice-presidente José Alencar.

O senador comemorou o acontecimento



Leomar Quintanilha

e disse que Aldo é o primeiro comunista a chefiar o Poder Executivo na história do Brasil e da América do Sul. Celebrando o fato, ele destacou que a presidência interina do deputado acontece em um momento de normalidade na convivência democrática brasileira.

Quintanilha aproveitou para recriminar a chamada cláusula de barreira, que, na sua opinião, é “uma lei inconsistente, que não representa a vontade do povo”.

Azeredo participa hoje de seminário sobre combate a crimes na internet

A Câmara dos Deputados realiza hoje um seminário para discutir as propostas em tramitação no Congresso Nacional voltadas para o combate aos crimes cometidos via internet. O evento, promovido pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), terá como um dos debatedores o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), autor de um substitutivo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) que tem por objetivo tipificar os crimes



Eduardo Azeredo

cometidos por meio de rede de computadores ou similares.

Em entrevista à Agência Senado, Azeredo, que já confirmou sua presença no seminário, afirmou ontem que está havendo muitas interpretações equivocadas sobre sua proposta, que, assegurou, não limita de maneira nenhuma a liberdade de expressão ou o direito à privacidade dos internautas: “O projeto não está acabado e ainda pode receber sugestões”, disse.

Raupp defende PPPs para viabilizar investimentos em infra-estrutura

Ao avaliar que a falta de recursos no Orçamento da União para infra-estrutura compromete a retomada do desenvolvimento econômico e social do país, Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu as parcerias público-privadas (PPPs) como solução para viabilizar mais investimentos no setor.



Valdir Raupp

– Não podemos esquecer que a economia brasileira não tem mais condições de esperar a retomada do crescimento. São portos,

rodovias, usinas hidrelétricas, gasodutos, entre outros empreendimentos, que precisam ser construídos, ampliados, reformados e modernizados. As PPPs são a melhor alternativa para esses investimentos.

Valdir Raupp comemorou as primeiras iniciativas para viabilizar essas espécies de contrato.

Leomar Quintanilha (PCdoB-TO) e Romeu Tuma (PFL-SP) destacaram, em apartes, a importância das PPPs.

Agripino critica falta de solução para a crise nos aeroportos

Senador também condena visita de Lula à Venezuela e adverte que, se não houver investimento em infra-estrutura, governo “levará o país a uma situação insolúvel”

O líder do PFL, José Agripino (RN), criticou ontem a falta de agilidade do governo para dar uma solução definitiva à situação dos controladores de voo, que, conforme disse, está causando transtornos aos passageiros nos aeroportos, com atrasos e cancelamentos de vôos.

Agripino lamentou que o problema se arraste há um mês, provocando perdas para os cidadãos e para o país. Lembrou que o Ministério da Aeronáutica já havia alertado para o problema com bastante antecedência.

O parlamentar advertiu para a possibilidade de o mesmo ocorrer com o setor energético do país, por falta de um modelo e de um marco regulatório capazes de



fotos: Rosevelt Pinheiro

José Agripino: problemas nos aeroportos já duram um mês, provocando perdas

atrair investimentos privados.

Agripino lembrou o alto custo da produção no Brasil, advertindo para a necessidade de melhoria de portos, aeroportos e rodovias como forma de incentivar a

produção. Ele disse que, se não houver investimento em infra-estrutura, o governo estará levando “irresponsavelmente o Brasil a uma situação insolúvel”.

O senador também criticou a visita do presidente Lula à Venezuela, que classificou como “campanha eleitoral de Chávez”, referindo-se à campanha do presidente Hugo Chávez à reeleição, “enquanto aqui o mundo está se acabando”.

Em apartes, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e José Jorge (PFL-PE) apoiaram Agripino. Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que Lula determinou soluções rápidas para o problema nos aeroportos e que a visita à Venezuela deve-se à assinatura de acordo.

ACM: estradas recuperadas voltam a apresentar problemas

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) leu da tribuna trechos de reportagem do jornal *O Globo*, do último sábado, denunciando que 66% das estradas federais que receberam dinheiro da operação tapa-buracos, no primeiro semestre, já têm problemas.

Ele leu outra notícia de *O Globo* mostrando que 94% das 786 pessoas presas em operações da Polícia Federal no atual governo hoje estão livres.

O senador sugeriu ainda que o Congresso ajude o Instituto do Coração (Incor) a encontrar uma saída para suas dificuldades financeiras. Notícia da *Folha de S. Paulo* de domingo, sob o título “Tribunal de Contas da União vê desvio de 55% em verbas de ONGs”, também foi comentada.

Antonio Carlos pediu ao ministro da Justiça, Márcio



Antonio Carlos pede a ministro que aponte envolvidos no caso do dossiê

Thomaz Bastos, que mostre ao país, antes de deixar o governo, quem são as pessoas investigadas no escândalo da compra de um dossiê contra o PSDB.

Em apartes, Cristovam Buarque (PDT-DF) concordou com as críticas à operação tapa-buracos, enquanto Eduardo Suplicy (PT-SP) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defenderam mais recursos para o Incor.

Suplicy chama atenção para crise financeira que ameaça o Incor

Eduardo Suplicy (PT-SP) chamou atenção para a crise financeira do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (Incor), “um dos mais modernos hospitais do mundo”.

De acordo com Suplicy, se a Fundação Zerbini, mantenedora do Incor, não for socorrida, o instituto pode parar. No último domingo, o assunto foi pauta de uma reunião entre o presidente



Eduardo Suplicy

Lula, membros da diretoria do Incor, da mantenedora e do Ministério da Fazenda. Uma comissão deve apresentar um plano de reestruturação em dois dias.

Em apartes, Flávio Arns (PT-PR) e Mão Santa (PMDB-PI) apoiaram o Incor.

Suplicy ainda apresentou requerimento de pesar pelo falecimento do secretário-executivo adjunto do Ministério do Desenvolvimento Social, João Domingos Fassarella.

Tuma espera que Lula cumpra promessa de salvar hospital

Romeu Tuma (PFL-SP) pediu uma rápida solução para a crise financeira que o Incor está enfrentando. Ele expressou sua esperança de que seja cumprida a determinação anunciada na manhã de ontem pelo presidente Lula: de que uma definição sobre o assunto seja encontrada em 48 horas.

Segundo o senador, a dívida do Incor hoje gira em torno de R\$ 250 milhões, e sua maior parte foi contraída junto ao Banco



Romeu Tuma

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a construção do anexo 2 do instituto em São Paulo. O compromisso do governo do estado de ressarcir o valor gasto não foi cumprido até hoje, segundo Tuma.

– Há dois anos a situação econômica do Incor vem degradingando. Os conselhos de empresários que sempre colaboraram começaram a desaparecer. Espero que o compromisso de Lula seja cumprido.